

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**AS SISTEMATIZAÇÕES DO PENSAMENTO
ECONÔMICO BRASILEIRO EM QUESTÃO**

RODRIGO BONECINI DE ALMEIDA

matrícula nº: 106.017.399

ORIENTADORA: Prof. Maria Mello de Malta

DEZEMBRO DE 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**AS SISTEMATIZAÇÕES DO PENSAMENTO
ECONÔMICO BRASILEIRO EM QUESTÃO**

RODRIGO BONECINI DE ALMEIDA

matrícula nº: 106.017.399

ORIENTADORA: Prof. Maria Mello de Malta

DEZEMBRO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

“E cante samba na universidade
E verá que seu filho será
Príncipe de verdade
Aí então, jamais tu voltarás ao barracão”

Mestre Candeia, *Dia de Graça*.

“Há frases assim felizes. Nascem modestamente, como a gente pobre; quando menos pensam, estão governando o mundo, à semelhança das idéias.”

Machado de Assis. *Esaú e Jacó*. LP&M, 2008, p.121.

“Felix qui potuit rerum cognoscere causas”

(Feliz aquele que conseguiu compreender a causa das coisas)

Vírgilio. *Geórgicas*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, aos mestres e aos amigos. A ternura, o companheirismo e a crítica de todos foram cruciais para a elaboração desta monografia. Alguns merecem relevo pelo apoio assíduo que me prestaram, gostaria, portanto, de agradecê-los nominalmente. Maria Malta por sua dedicação como orientadora; Maria da Glória e Antônio Sérgio pelos seus carinhos de pais; Leandro e Fabrício por seus abraços fraternos; Nádia Gouvêa por seu incondicional afeto.

RESUMO

O trabalho focaliza na análise das sistematizações do pensamento econômico brasileiro de Guido Mantega e de Ricardo Bielschowsky. Esta incursão às sistematizações é feita inicialmente com a demarcação da HPE tradicional e da crítica. São apontadas, respectivamente, as características e concepções peculiares destas duas formas de construção da HPE. Salienta-se, principalmente, a distinção entre os tratamentos dados aos elementos ideológicos do pensamento econômico. A separação entre estas duas maneiras de fazer HPE e o teor das influências ideológicas nos permite uma avaliação crítica das duas referências de sistematização do pensamento econômico brasileiro. Este intuito é desenvolvido por meio da averiguação dos princípios unificadores utilizados por cada autor na elaboração da sua sistematização. Com efeito, critica-se a coerência e a sustentabilidade de ambos os métodos de organização do pensamento econômico brasileiro.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CNI	Confederação Nacional da Indústria
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias de São Paulo
HPE	História do Pensamento Econômico
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

ÍNDICE

<u>INTRODUÇÃO</u>	7
<u>CAPÍTULO I - AS DUAS HISTÓRIAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO</u>	9
I.1 A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO TRADICIONAL	9
I.1.1 A CONTINUIDADE	9
I.1.2 A TRIPARTIÇÃO DE SCHUMPETER	11
I.2 A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO CRÍTICA	16
I.2.1 A RUPTURA	16
I.2.2 A QUESTÃO DA IDEOLOGIA: CONTRAPONTO A SCHUMPETER	20
<u>CAPÍTULO II - O PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO SEGUNDO</u>	
<u>MANTEGA</u>	25
II.1 - OS MODELOS DE INTERPRETAÇÃO	25
II.1.1 - O MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES	26
II.1.2 - O MODELO DEMOCRÁTICO-BURGUÊS	27
II.1.3 - O MODELO DE SUBDESENVOLVIMENTO CAPITALISTA	29
II.2 - O MÉTODO DE SISTEMATIZAÇÃO	31
<u>CAPÍTULO III - O PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO SEGUNDO</u>	
<u>BIELSCOWSKY</u>	36
III.1 - AS CORRENTES DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO	36
III.1.1 - OS NEOLIBERAIS	37
III.1.2 - DESENVOLVIMENTISMO DO SETOR PRIVADO	39
III.1.3 - DESENVOLVIMENTISMO “NÃO NACIONALISTA”	40
III.1.4 - DESENVOLVIMENTISMO NACIONALISTA	41
III.1.5 - O PENSAMENTO SOCIALISTA	43
III.1.6 - O PENSAMENTO DE IGNÁCIO RANGEL	44
III.2 - O MÉTODO DE SISTEMATIZAÇÃO	46
<u>CONCLUSÃO</u>	50
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	53

INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou por muitas mudanças desde a ditadura militar implantada em 1964. Alteraram-se neste período a estrutura da economia brasileira e a intervenção estatal por meio políticas econômicas. Desde então oscilaram, ao sabor das flutuações e das políticas econômicas, inúmeras variáveis macroeconômicas. De taxas de crescimento médias na casa dos 7% ao ano na década de 1970, até uma média inferior a 3% ao ano, durante as décadas de 1980 e 1990. Observamos a aceleração da inflação, desde o final dos anos 70, até ser debelada no Plano Real. A subsequente ascensão da inflação como variável macroeconômica chave, culminando na implantação de um Regime de Metas Inflacionárias no Brasil. Estes exemplos são concomitantes a bruscas alterações na estrutura produtiva brasileira, que presenciou nestas décadas a instalação de alguns setores produtivos e também a decadência de outros.

Uma vasta literatura econômica foi publicada desde 1964 para a compreensão daquelas vicissitudes da economia brasileira e dos meios pelos quais a política econômica poderia nela intervir. Emergiram interpretações inovadoras sobre os temas acima apontados. Entre elas podem ser citadas as interpretações do milagre econômico brasileiro, dos efeitos do II PND, da inflação e dos planos anti-inflacionários e dos efeitos da liberalização econômica dos anos 1990.

No entanto quatro décadas não ensejaram a elaboração de uma sistematização do pensamento econômico brasileiro. Isto é, não houve uma apreciação de conjunto da multiplicidade da literatura econômica da época. Nenhum autor organizou de forma clara o pensamento oriundo dessas últimas décadas.

No entanto, o pensamento econômico elaborado antes de 1964 foi objeto de duas obras de vulto: *Economia Política Brasileira (1984)* e *Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo (1988)*. A primeira explora as décadas de 1950 e 1960. A segunda o período entre 1930 e 1964. Ambas mapearam em detalhes o pensamento econômico brasileiro dos correspondentes períodos. A existência destas sistematizações para aqueles períodos e a falta de uma que cubra as décadas mais

recentes servirá de motivação para a confecção deste trabalho. Pois que da apreciação crítica delas pode surgir o substrato para a elaboração coerente de uma sistematização do pensamento econômico brasileiro pós-golpe.

No decorrer deste trabalho serão analisadas as sistematizações das duas obras indicadas. Mas é necessário, anteriormente, tratar de uma forma mais geral - com menor enfoque sobre as especificidades do Brasil – a produção na área de HPE. No primeiro capítulo serão analisadas as duas maneiras de elaboração de HPE, a saber, a forma tradicional e a crítica.

Nos dois capítulos seguintes o trabalho analisará as duas referidas sistematizações do pensamento brasileiro. Com especial interesse nos métodos nelas subjacentes. O segundo capítulo é reservado à apreciação crítica do mapeamento presente na *Economia Política Brasileira*. O terceiro tratará então da sistematização do *Pensamento Econômico Brasileiro: Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Finalmente, seguir-se-á uma breve conclusão para tecer algumas considerações sobre os fins perseguidos pelo trabalho.

Parte-se de duas premissas: primeiro, as sistematizações existentes do pensamento econômico brasileiro podem servir de base para o mapeamento de períodos mais recentes. Segundo, os métodos daqueles mapeamentos enfatizem a dimensão associada entre os elementos ideológicos e analíticos presentes na elaboração do pensamento econômico. Será, portanto, o objetivo deste estudo a apreciação crítica das duas sistematizações indicando suas possibilidades e seus limites, buscando atestar ou refutar a validade destas duas premissas.

CAPÍTULO I - AS DUAS HISTÓRIAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Os historiadores do pensamento econômico não são unânimes na forma de apresentação e pesquisa de seu objeto. Há aqueles que aderem à chamada visão cumulativa ou tradicional e outros que sustentam a visão competitiva ou crítica (Roncaglia, 2006, p.1). Nas duas seções que seguem serão analisadas essas duas maneiras de fazer HPE e suas implicações, tanto para a formação do economista quanto para o debate teórico. Especial ênfase recairá sobre as influências ideológicas no debate econômico. E, nesse âmbito, sobre a interpretação schumpeteriana dos impactos da ideologia na ciência econômica e as críticas que ela engendrou.

1.1 A História do Pensamento Econômico Tradicional

1.1.1 A Continuidade

Nesta linha de explicação o pensamento econômico é visto num desenrolar cumulativo ao longo do tempo. Em outras palavras, a partir de conceitos e teorias primitivos - elaborados pelos primeiros e mais antigos economistas – o conhecimento dos fenômenos econômicos é refinado com o desdobrar dos anos. Na contemporaneidade atinge-se, portanto, o mais elevado grau de desenvolvimento da ciência econômica. Nas palavras de Roncaglia:

“A história do pensamento econômico exhibe um progressivo uso de níveis cada vez mais elevados de compreensão da realidade econômica. O ponto de chegada provisório dos economistas de hoje – a teoria econômica contemporânea – incorpora todas as contribuições prévias.”¹ (tradução livre) (Roncaglia, 2006, P.2).

¹ “The history of economic thought displays a progressive use of ever higher levels of understanding of economic reality. The provisional point of arrival of today’s economists – contemporary economic theory – incorporates all previous contributions.”

Neste sentido novos conceitos, teorias e modelos vão progressivamente crescendo e substituindo aqueles mais velhos num movimento incessante. A atuação e a pesquisa do economista ficam então circunscritas à produção mais recente da teoria. Assim, basta que o economista atualize-se na fronteira do conhecimento. Ao fazê-lo ele não só terá em mãos um panorama de todo o desenvolvimento progresso do pensamento econômico como adquirirá a aptidão para contribuir com seu avanço. Como salienta Tolipan(1982a, p.10), para esta concepção “... a vida intelectual ativa deve estar dedicada não à ruminação do passado, mas à confecção animada de algum detalhe do futuro na base das especializações presentes”. Dois aspectos importantes surgem como corolários desta apreciação da HPE.

Primeiro, os economistas dedicados ao estudo das contribuições pretéritas do pensamento econômico necessitam de uma abrangente formação, notadamente rebuscada. Essa necessidade advém do caráter da disciplina em questão, que apenas retoma o vasto conjunto de erros cometidos pelos economistas no passado. Sem nenhuma contribuição a mais, envolve certa dose de diletantismo do pesquisador.

“A divulgação acadêmica da HPE [tradicional] é então, quando não simplesmente evitada, reduzida à celebração póstuma do gênio, isto é, descrição eclética e pontificante das circunstâncias que acompanham e ‘explicam’ o surgimento das idéias; *seu relato histórico*. Isto tem uma curiosa consequência prática, o relato enciclopédico da origem das idéias exige, como qualidade fundamental de quem o pratica, a erudição.” [grifo meu] (Tolipan, 1982a, p.10)

Segundo, não existem bifurcações teóricas significativas na HPE. Ou seja, não é cogitada a existência de quaisquer duas – ou mais – teorias que simultaneamente analisem e expliquem os fenômenos econômicos. O desenvolvimento retilíneo do pensamento econômico não concebe recortes analíticos alternativos entre os diferentes autores. Faz todo sentido falar, por exemplo, numa revolução marginalista. Isto é, Jevons, Menger e seus contemporâneos, portadores do conceito de utilidade marginal, teriam efetivado uma verdadeira superação do esquema dos economistas clássicos para esta HPE. E, portanto, teriam feito uma contribuição de suma importância para o progresso da compreensão dos fenômenos econômicos. Posto de outro modo, não se trata de uma bifurcação na teoria econômica – oferecendo uma abordagem alternativa -, trata-se de uma revolução no que diz respeito justamente à inteligibilidade aprimorada

da realidade econômica. Desse modo, “O subjetivismo dos custos [inerente à teoria neoclássica] é concebido, não como um radical rompimento do esquema clássico, mas como um mero aprimoramento sobre a doutrina anterior.”² (tradução livre) (Aspromourgos, 2006, p.266).

Mesmo assim, o pensamento econômico do passado pode trazer problemas. Como ao questionar a verdade da ciência econômica em seu estágio atual, que não passaria de mais um ponto da evolução do pensamento – provavelmente equivocado. Para lidar com esse empecilho deve ser buscada, de toda maneira, uma “neutralização” do passado científico; de modo a tratá-lo como conjunto de imprecisões superadas pouco a pouco pela genialidade dos autores subsequentes. Num processo que segue até a plenitude da ciência contemporânea. (Tolipan, 1982a, p.4-5).

I.1.2 A Tripartição de Schumpeter

O famoso economista austríaco Joseph Alois Schumpeter deixou inacabada uma extensa obra – *História da Análise Econômica* - de três volumes na qual expõe o que entende por evolução da análise econômica. Faleceu como professor da Universidade de Harvard em 1950. Somente em 1954, devido aos esforços de sua esposa, os volumes vieram a público.

Na primeira parte daquela vultosa obra encontramos a discussão de fundo sobre o método adotado para tornar inteligível a evolução, cronologicamente referida, da análise econômica. É o que interessa para os fins deste trabalho. Está presente o referencial da seção anterior, isto é, aquele que entende a ciência econômica como inerente e linearmente progressista. Schumpeter faz questão de expô-lo de partida na sua obra referida:

“Será melhor, sem dúvida, deitar fora modos de pensamento ultrapassados que se ater a eles indefinidamente. Por isso mesmo, é sempre lucrativo que se visite de

² “The subjectivism of costs is conceived, not as a radical departure from the classical scheme, but as a mere improvement upon the earlier doctrine.”

vez em quando o depósito dos trastes velhos, contanto que não se permaneça nele durante muito tempo” (Schumpeter, 1964 [1954], p.24)

Nota-se que o autor até considera relevante incursões no pensamento econômico, principalmente no que concerne a retomada de trabalhos de vulto, uma busca por fontes de inspiração e na busca por entender o desdobrar-se das idéias humanas. Mas é na análise que recai seu interesse e é neste aparato (analítico) que podemos compreender a evolução da ciência. A análise é aperfeiçoada todo tempo por uma equipe de especialistas - os cientistas. E com o progresso da análise evolui, paralelamente, a própria ciência. Os economistas são os cientistas investigadores dos fenômenos econômicos. Esta tarefa os encarrega de desenvolvedores precípuos da análise econômica. Schumpeter avalia deste modo as melhorias contínuas da análise econômica:

“Desde que a Economia usa técnicas que não estão em uso entre o público em geral e desde que há economistas que as desenvolvem, a Economia, obviamente, é uma ciência (...). Parece lógico concluir que escrever a história destas técnicas é um desiderato perfeitamente coerente e a respeito do qual não deveria haver a menor dúvida ou escrúpulo. (Schumpeter, 1964 [1954] p.28)

Schumpeter ressalta a necessária formação do economista em diversas técnicas: História Econômica, Estatística, “Teoria”, Sociologia, Lógica, Psicologia e finalmente Filosofia. Estendeu-se um pouco mais quando da explanação desta última. Principalmente no que diz respeito à dissociabilidade de análise e filosofia. Diz o autor: “... a Análise Econômica nunca foi afetada em qualquer tempo pelas opiniões filosóficas que os economistas pudessem ter...” (Schumpeter, 1964 [1954], p.55). Este intuito de isolar a análise econômica de quaisquer influências perturbadoras será uma constante na sua exposição. E logo recai sobre os elementos ideológicos que permeariam a ciência econômica – que contém a análise econômica em seu bojo. Sobre como e se é possível uma separação integral entre a análise e a ideologia no seio da economia. Ou se a análise estaria fadada a ser ideológica. Schumpeter reconhece a inexorabilidade da penetração de elementos ideológicos na ciência dos economistas. Em outras palavras, o meio social restringe sempre a forma como um pensador avalia elementos da realidade.

“... o analista é (...) produto de um determinado meio social e de sua localização particular em relação a este meio – que o condiciona a interpretação melhor de certas coisas que outras, e vê-las sob determinada óptica. E isto não é tudo: fatores ligados ao meio ambiente podem ainda proporcionar ao observador um subconsciente que tende sempre a encarar os fatos sobre determinadas aparências. Esse raciocínio nos conduz ao problema do desvio ideológico na Análise Econômica” (Schumpeter, 1964 [1954], p.60)³

Schumpeter rejeita a tentativa de Karl Mannheim de eliminar as perniciosas influências ideológicas. Mannheim, de forma um tanto quanto elitista, propôs que alguns homens teriam a capacidade de sobrepujarem as influências ideológicas, elevando-se acima do terreno dos homens viesados. O primeiro, ao contrário, apontou sua total adesão à “... doutrina da ubiqüidade do desvio ideológico...” (Schumpeter, 1964 [1954], p.63), segundo a qual nenhum indivíduo ou grupo teria a capacidade de se desembaraçar das amarras ideológicas.

Para expurgar do terreno da análise econômica os elementos ideológicos, e seus desvios, Schumpeter propõe outro meio. Distingue Sistemas de Economia Política, Pensamento Econômico e Análise Econômica. Esta tripartição levará a uma verdadeira quarentena da ideologia nos dois primeiros ramos.

Por Sistemas de Economia Política Schumpeter (1964 [1954], p.64) entende “... a exposição de um amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como os princípios do liberalismo econômico, do socialismo, etc.” Estes seriam intrinsecamente acometidos por deturpações ideológicas, visto que o ponto defendido pelas explanações dos autores preocupar-se-iam marginalmente com *como* se defende. Concentrando-se antes de mais anda na própria defesa. Pensamento Econômico é, por outro lado:

“... a soma total de todas as opiniões e desejos referentes assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental que, em determinado tempo e

³ Schumpeter não compreende ideologia como falsa consciência. No entanto, acusa Marx de fazê-lo: “As ideologias operárias não são nem melhores nem piores que as outras.” (Schumpeter, 1964 [1954], p.61). Ou seja, Schumpeter vê qualquer ideologia como um sistema hermético de idéias, e aponta, por isso, certa negligência de Marx com elementos ideológicos de sua própria obra.

lugar, pertenceu ao espírito público. É necessário lembrar, porém, que o espírito público não é nunca algo homogêneo e sem diferenciações, mas o resultado da divisão da comunidade correspondente em grupos e classes de várias naturezas. Em outras palavras, o espírito público reflete mais ou menos imprecisamente, e em muitos casos mais imprecisamente que em outros, a estrutura de classe da sociedade correspondente e o espírito ou atitudes dos grupos que se formam nela” (Schumpeter, 1964 [1954], p.64-65).

Neste substrato emergem as formulações e debates de Sistemas de Economia Política. Os meios sociais específicos e os preconceitos contidos nas arengas populares levam, novamente, a uma inevitável aparição de elementos ideológicos.

No entanto há ainda o pio espaço da Análise Econômica. Embora rodeado de influências mais ou menos ideológicas consegue passar incólume. A análise:

“... ainda que tenha sido perturbado pelos interesses e atitudes de ordem prática, [a análise] apresenta uma propriedade característica que está completamente ausente do desenvolvimento histórico do pensamento econômico no sentido que adotamos e também da sucessão histórica dos sistemas de Economia Política.” (Schumpeter, 1964 [1954], p.66).

Prontamente encontramos o núcleo impermeável às máculas ideológicas: os preços competitivos. Não é possível, como aponta o economista austríaco, encontrar algo semelhante no Pensamento Econômico, nem, muito menos, nos Sistemas de Economia Política⁴.

“... há um padrão comumente aceito, limitado, no entanto, a um grupo de profissionais, que nos permite ordenar diferentes teorias sobre os preços competitivos em uma série, sendo que cada um dos membros desta série pode ser, sem ambigüidade, definido como *superior ao precedente*. Deve-se observar, mais, que esta ordem associa-se ao intervalo de tempo, no sentido de que a mais recente

⁴ Na interpretação schumpeteriana ambos são, em última instância, escolhidos de acordo com as preferências ou gostos dos contendores. Ou seja, escolhe-se liberalismo, socialismo, feudalismo ou escravismo como “... se nos perguntassem quem é o melhor pintor, se Gauguin ou Ticiano.” (Schumpeter, 1964 [1954], p.67).

teoria a respeito dos preços competitivos⁵ quase sempre ocupa um posto mais alto na escala da perfeição analítica: sempre que assim não acontecer, é possível atribuir este fato a influências extra-analíticas [ideológicas] e, neste particular, perturbadoras.” [Grifo meu] (Schumpeter, 1964 [1954], p.66).

Infelizmente Schumpeter não retoma a fundo o debate sobre os preços competitivos quando trata da autonomia da análise econômica. Ao mesmo tempo ignora – ou despreza - a existência concomitante de teorias diferentes sobre os preços competitivos.

No entanto, resta saber como lidar com os desvios ideológicos que insistem em cambiar a pura análise econômica, visto que é do nível pré-analítico que tiramos os primeiros fundamentos da análise. Esta última possuirá sempre a sua origem no seio da ideologia. Nas palavras do economista austríaco: “o trabalho analítico principia com material extraído por nossa *visão* das coisas, e esta *visão* é, por definição, quase ideológica.[Grifo meu]” (Schumpeter, 1964 [1954], p.70). O conceito schumpeteriano⁶ de *Visão* é, deste modo, embebido em ideologia. Mas existem regras de comportamento e instrumentais – tais quais a estatística e a matemática – que se tornam cada vez mais rigorosos e que, mesmo sem eliminar, clareiam a presença da ideologia. Estas regras e instrumentais diminuem “... consideravelmente a esfera das proposições ideologicamente viciadas, isto é, comprime-a e torna sempre possível localizar os pontos em que elas podem exercer atividade” (Schumpeter, 1964 [1954], p.70). E permitem, por conseguinte, ao economista controlá-la e até eliminá-la.

Enfim, Schumpeter contribuiu para uma concepção de HPE – no sentido da seção anterior – tradicional. Além de manter a idéia de continuidade, restringiu o campo no qual isto se faz possível (análise econômica) e o imunizou de contágios ideológicos que cria deturpadores. Expor-se-ão, na próxima seção, argumentos e concepções divergentes àqueles até então tratados.

⁵ Subentende-se que sejam aqueles preços determinados pela teoria do valor e da distribuição marginalista ou neoclássica. À qual o autor adere e que embasa sua vasta obra.

⁶ Referente aquilo que provém da obra de Schumpeter. Não há referência a quaisquer de seus seguidores ou entusiastas.

I.2 A História do Pensamento Econômico Crítica

I.2.1 A Ruptura

Diametralmente oposta à concepção cumulativa, a interpretação da HPE crítica foca num outro aspecto do pensamento econômico. A existência de visões diferentes – por vezes antagônicas – de interpretação da economia. De outro modo, não existe tal coisa como uma continuidade temporal na construção e acumulação de conhecimento econômico. Tal interpretação defronta, de um lado, uma concepção partindo de um corte epistemológico positivista, de outro, aquelas que se embasam nos conceitos de “paradigmas”⁷ científicos e de “programas de pesquisa”⁸(Roncaglia, 2006, p.5-8). Aqui o que é importante frisar é a contribuição que estas diferentes abordagens de filosofia da ciência oferecem para perspectivas distintas de construção de uma HPE. A primeira, positivista, coaduna-se com uma elaboração em linha, de infinito acúmulo. As demais ressaltam o caráter de ruptura presente na produção do pensamento em geral, e econômico em particular. Estas são compatíveis com a tese de coexistência entre interpretações distintas da realidade econômica.

A ruptura permite a existência simultânea de paradigmas ou programas de pesquisa diferentes - não apenas a superação progressiva dos erros progressos. Assim abordagens distintas de compreensão dos fenômenos econômicos são plenamente plausíveis quando se trata de uma HPE crítica (Malta et al., 2009, p.7). Abordagens que

⁷ Conceito de do filósofo Thomas Kuhn. Não há acumulação de saber quando compara diferentes paradigmas, como sustenta uma HPE nos moldes tradicionais. Principalmente devido à incomensurabilidade dos paradigmas, torna-se cada qual um meio de interpretação da realidade. Há, no entanto, rupturas. Ver Kuhn, T., *Estrutura das Revoluções Científicas; Ed. Perspectiva, 2003.*

⁸ Conceito do filósofo húngaro Imre Lakatos. Os diferentes programas de pesquisa contêm um *hard core* entorno do qual orbita uma cinturão protetor de hipóteses auxiliares. Não existem experimentos cruciais que façam aceitar ou rejeitar um determinado programa. Ver Lakatos, I., *Falsificação e Metodologia dos Programas de Investigação Científica. Edições 70, 1999.*

não permanecem estagnadas, mas que aperfeiçoam suas formulações e explicações. Seja por meio de um refinamento de seus respectivos aparatos conceituais, seja pelo mais elevado grau de consistência interna.

“O que a visão competitiva [assim chamada devido aos recorrentes debates entre abordagens distintas] especialmente rejeita é a ideia de um processo monodimensional de avanço científico. Pode haver progresso de uma abordagem (onde de fato é a regra geral, em termos de maior consistência interna e capacidade explanatória mais elevada) e ao longo da seqüência histórica de paradigmas e programas de pesquisa.”⁹ (tradução livre) (Roncaglia, 2006, p.10).

É no arcabouço conceitual e na construção teórica que encontraremos as especificidades das diferentes abordagens. No caso da ciência econômica a distinção crucial pode ser observada no que diz respeito à teoria do valor e da distribuição. Desta última emergem os modelos e demais construtos teóricos, em todas as suas nuances e multiplicidade. E mais, da opção feita pelo economista transparecem aspectos fundamentais de sua interpretação mais ampla da sociedade.

“Num sentido, a teoria do valor adotada por um economista aponta diretamente para a sua representação do mundo. Ao usar o debate entre teorias do valor rivais como conector, e observando as mudanças ocorridas na teoria do valor (erroneamente consideradas por certas reconstruções como um monólito imutável) de uma abordagem, nós podemos inferir as diferenças e mudanças na representação conceitual da sociedade. Ao mesmo tempo, no outro lado do campo de trabalho do economista, podemos ver como envolta de uma teoria do valor, e em conexão estrita com ela, teorias específicas são desenvolvidas para interpretar aspectos específicos – mas não necessariamente menos importantes - da realidade econômica...”¹⁰ (tradução livre) (Roncaglia, 2006, p.17).

⁹ “What the competitive view specially rejects is the idea of a monodimensional process of scientific advance. There can be progress both within each approach (where indeed it is the general rule, in terms of both greater internal consistency and higher explanatory power) and along the historical sequence of research paradigms or programmes”

¹⁰ In a sense, the theory of value adopted by an economist points directly to his or her representation of the world. By using the debate between rival theories of value as the connecting thread,

O economista italiano Piero Sraffa muito contribuiu para esta compreensão da HPE. A retomada e estudo do volume quarto d’*O Capital* - conhecido como *Teorias da Mais-Valia* – do filósofo e economista alemão Karl Marx, oferece subsídios para Sraffa enveredar criticamente na economia política clássica. E notar as radicais diferenças entre o arcabouço teórico clássico e aquele referente às teorias neoclássicas.

Neste sentido, o resgate sraffiano da economia clássica enfatiza a ruptura nas teorias do valor e distribuição ocorrida na segunda metade do século XIX.¹¹ “Sraffa mostrou que havia uma teoria anterior, cujas raízes podem de fato ser rastreadas no nascer da economia política no século dezessete, fundamentalmente diferente da marginalista”¹² (tradução livre) (Kurz, 1998 p.437). Não houve um progresso na forma concebida pela HPE tradicional. Com efeito, surgiu uma nova abordagem para tratar de questões postas há muito. Como, por exemplo, o que tange à questão – nada nova - da distribuição de renda:

“Ele [Sraffa] mostra que a teoria marginal da ‘demanda’ tem um impacto em preços relativos na medida em que tem um impacto na distribuição da renda. Teorias alternativas do valor são vistas diferindo essencialmente em termos de

and observing the shifts that the theory of value (erroneously considered by some reconstructions as an unchanging monolith) undergoes within each approach, we may also grasp the differences and changes in the conceptual representation of society. At the same time, on the other side of the continuum constituting the field of work of the economist, we may see how around a theory of value, and in strict connection to it, specific theories are developed to interpret specific – but not necessarily less important – aspects of economic reality...”

¹¹ De um lado uma abordagem baseada no conceito de excedente econômico. De outro uma abordagem fundada, em última instância, em utilidade e produtividade marginais. Ambos contidos, respectivamente, nos núcleos teóricos clássico e neoclássico.

¹² “Sraffa showed that there was an earlier theory, whose roots may in fact be traced back to the inception of political economy in the seventeenth century, which was fundamentally different from the marginalist one.”

suas respectivas explicações da distribuição da renda”¹³ (tradução livre) (Kurz, 1998, p.441).

A HPE não é vista aqui como um relato cronologicamente orientado e enciclopédico. Ele tem, na sua vertente crítica, uma importância significativa de esclarecer os termos, a evolução e transformação de abordagens alternativas no campo teórico. Em outras palavras, a HPE consegue identificar com referencial histórico as teorias e suas contendas. E, em particular, facilitar as incursões de economistas na esfera teórica.

“A história do pensamento econômico é útil não só e simplesmente no nível didático, ou para prover um ‘senso de direção’ para a pesquisa econômica, ou material para epistemologistas. Ela é um ingrediente essencial para o debate teórico entre abordagens competidoras, desde que ajuda a esclarecer as diferenças e modificações nas suas representações do mundo, e do trabalho teórico em cada abordagem, desde que contribui para desenvolver as fundações conceituais e esclarecer as alterações que nelas intervêm em resposta para dificuldades teóricas e realidades cambiantes”¹⁴ (tradução livre) (Roncaglia, 2006, p.14).

A HPE, quando praticada e ensinada em sua acepção crítica, alarga os espaços para o debate acadêmico em economia. A sua ausência pode dar ensejo à cristalização de uma única abordagem teórica na ciência econômica e, conseqüentemente, relegar as demais ao ostracismo. Ao mesmo tempo inibe a consolidação de dogmas por dois meios. Primeiro, ao desvelar as origens e desenvolvimentos das teorias – desprezível se olharmos somente para a produção mais recente, como na HPE tradicional. Exibe-se a

¹³ “He [Sraffa] shows that in marginal theory ‘demand’ has an impact on relative prices on to the extent to which it has an impact on income distribution. Alternative theories of value are seen to differ essentially in terms of their respective explanations of income distribution.

¹⁴ “The history of economic thought is useful not only and not simply on the didactic level, or to provide a ‘sense of direction’ to economic research, or material for epistemologists. It is an essential ingredient both of the theoretical debate between contending approaches, since it helps to clarify the differences and modifications in their representations of the world, and of the theoretical work within each approach, since it contributes to developing the conceptual foundations and clarifying the changes intervening in them in response to theoretical difficulties and evolving realities.”

seqüência de fracassos e sucessos de suas explicações. Segundo, ao defrontar as teorias com outras que a criticam, externa e internamente. A principal divergência entre aquelas teorias que fazem – de alguma forma - uma crítica interna e aquelas que fazem uma crítica externa está novamente no referente à teoria do valor e da distribuição. Por exemplo: a diferença entre as críticas de Keynes¹⁵ e de Sraffa à teoria neoclássica. Keynes ao indicar a possibilidade de equilíbrio fora do pleno emprego não abandona o primeiro postulado clássico: salário real igual à produtividade marginal do trabalho. Faz, portanto, uma crítica externa, pois internamente os mesmos mecanismos da teoria (neo)clássica continuam operando. Sraffa, por outro lado, é mais contundente em sua crítica. O economista italiano enfatizou os entraves lógicos do mecanismo de substituição de fatores da teoria econômica neoclássica.

A abordagem crítica de HPE traz consigo, portanto, uma democratização das esferas de produção e contestação científica. Num curto trecho Tolipan sintetiza os dois pontos vistos acima:

“A História do pensamento não deve ser a câmara mortuária em que se incense o mito finalista da ciência. Ao contrário, ela deve ser o estímulo acadêmico à imaginação teórica e à crítica irônica do dogma e deve para isto analisar o modo de construção da ciência. Isto, é claro, obriga a pensar o que foi pensado. Aliás, o novo mundo das idéias é raras vezes mais que um comentário atual do velho.”
(Tolipan, 1982a, p.10)

I.2.2 A Questão da Ideologia: Contrapontos a Schumpeter

A HPE crítica não concebe uma separação, nos moldes schumpeterianos, entre os condicionamentos histórico-sociológicos – isto é, ideológicos – e os analíticos ou teóricos. Precisamente com críticas às formulações de Schumpeter é possível avançar nesta perspectiva.

¹⁵ Keynes (1982, p.23) encapsula todos os economistas seus predecessores no termo “clássicos”. Embora aí estejam representadas teorias do valor e distribuição baseadas na teoria do valor trabalho e aquelas baseadas em utilidade e produtividades marginais.

Schumpeter possui uma percepção peculiar no tocante ao progresso científico em Economia Política. Teria ocorrido uma verdadeira reviravolta no pensamento econômico em meados do século XIX. Tais acontecimentos apontaram para o progresso da economia.

“Schumpeter (...) argumenta que, a despeito de numerosas perturbações e desvios, pode-se discernir um desenvolvimento mais ou menos contínuo de análise científica até os dias atuais, tendo sido o desenvolvimento especialmente rápido e impressionante precisamente no período posterior a 1830.” (Meek, 1971, p.256)

Visto que a teoria desenvolvida e estabelecida após os anos 1830 é a marginalista, ou neoclássica, – então em suas versões mais incipientes – pode-se inferir que há um indício do apreço do autor em relação àquela teoria do valor e da distribuição. Schumpeter não considerou a teoria da utilidade marginal e das taxas marginais de substituição como ideologicamente condicionadas, mas sim surgidas diretamente da prática; e, portanto, como desenvolvimentos naturais do gênio humano. (Meek, 1971 p.266). Isto é, de aceitação acima de qualquer dúvida. Assim, Schumpeter admite uma ruptura de vulto. No entanto esta ruptura tem um sentido bem definido. De garantir aquilo que acontece há séculos ou milênios: o esclarecimento galopante dos homens acerca da realidade econômica. Rompe-se com o passado, mas não ocorre no campo teórico qualquer bifurcação. Acontece somente a evolução do pensamento. Ele, portanto, “... subestimou a qualidade científica das contribuições clássicas à teoria do valor.” (Meek, 1971, p.260). Considerando-as, em suma, como um conjunto de erros, devidamente superados.

Há, todavia, mudanças de fundo em relação a elementos basilares da teoria econômica. Seguem dois deles. Primeiro, altera-se o enfoque de classes sociais, assimétricas em suas relações, para uma ênfase em agentes maximizadores¹⁶, livres e proprietários de seus fatores de produção. Segundo, a mudança anterior faz com que os indivíduos sejam interpretados tão-somente como consumidores e vendedores de mercadorias. Afinal são meros fatores de produção, que entram no processo produtivo, interagindo, segundo uma tecnologia dada, para a produção mais lucrativa de

¹⁶ Seja de utilidade no caso dos indivíduos. Seja, no caso das firmas, de lucros.

mercadorias. Logo o foco da análise da economia passa de relações de produção para o estudo do comportamento dos consumidores no mercado, trocando coisas. (Meek, 1971, p.268). Em outras palavras, as relações entre homens dão lugar às relações entre coisas na teoria econômica.

Outro ponto de crítica a Schumpeter concerne à sua ambição de neutralidade da análise econômica. Este ponto foi amplamente desenvolvido por Maurice Dobb (1977) em *As Teorias do Valor e Distribuição Desde Adam Smith*.

Este autor traz um conceito de ideologia definido de maneira similar ao schumpeteriano: “O conceito referir-se-á principalmente ao cunho de relatividade histórica das idéias, quer se considere este apenas um elemento ou aspecto das mesmas, quer se entenda que este as caracteriza inteiramente.” (Dobb, 1977, p.9) Mas, frise-se, será crítico a qualquer tentativa de separá-la incisivamente dos elementos analíticos da ciência econômica. O que, por si só, já traz uma característica inexistente na ideologia como definida em Schumpeter.

O conceito de análise econômica schumpeteriano, recordemos, é o conjunto daquelas técnicas formais e instrumentos - que diferentemente dos elementos dos sistemas de economia política e do pensamento econômico – não são permeáveis aos desvios ideológicos. Segundo o economista austríaco, é deste elemento da *visão*, o nível pré-analítico da ciência, que a análise prescinde. Daí emanaria a possibilidade de compreender tanto o progresso científico, quanto de narrá-lo em história. Mas pode a análise econômica, assim definida, tratar de seu objeto precípua, a economia? Com efeito, para tratar de economia é necessário algum nexa, mesmo o mais sutil, entre a análise e a materialidade da vida econômica. Se a análise for apenas uma abstração de alto nível sem este vínculo não oferecerá qualquer resposta às principais dúvidas dos economistas. Segundo o crítico de Schumpeter:

“... Ou a “análise” de que fala Schumpeter é uma estrutura puramente formal, sem qualquer relação com problemas econômicos ou conjunto de questões para as quais ela é concebida como resposta (ou como contribuição para a resposta) – caso em que constitui um conjunto de proposições ou afirmações sem qualquer conteúdo econômico -, ou então é um sistema lógico elaborado para ser o veículo

de certas afirmações *acerca* de atividades ou fenômenos econômicos”. [grifos do original] (Dobb, 1977, p.13)

Para dizer algo a respeito destes fenômenos é necessário o estabelecimento daquelas variáveis tomadas como dadas e a aquelas determinadas pelo modelo ou teoria do analista. Ou seja, é imprescindível a diferenciação entre as variáveis exógenas e as endógenas. Neste sentido também é necessário a definição de interações entre estas variáveis. É preciso “... uma forma causal, quer se trate duma interação mútua complexa dum conjunto de variáveis, quer do tipo simples da ligação causal unidirecional”. (Dobb, 1977, p.18). Ou seja, são necessárias relações entre variáveis que transcendam a mera descrição ou a plena abstração. Se com isso os economistas se contentarem não obterão suas respostas, visto que estas necessitam de explicações, no sentido indicado. E não apenas do mero vínculo de correlação entre variáveis, do modo como, por exemplo, a estatística oferece. São as explicações que disponibilizarão os insumos para as intervenções na prática, por meio de políticas. Segundo Dobb (1977, p.18): “... uma descrição (...) não chega a ser uma *explicação*, no sentido de descrever a situação como um processo econômico que opera de uma certa maneira e sobre o qual é possível agir”.

Desse modo as explicações fundamentam-se na realidade ou prática. E, em seguida, é por meio destas explicações que se torna possível intervir consciente e ordenadamente na própria prática. Ou seja, ocorre um complexo e ininterrupto processo de retroalimentação entre a prática e as idéias, cujos elos são justamente a ação e a ideologia. Assim tanto as idéias quanto a realidade encontram-se em constante movimento. Ver a figura abaixo.

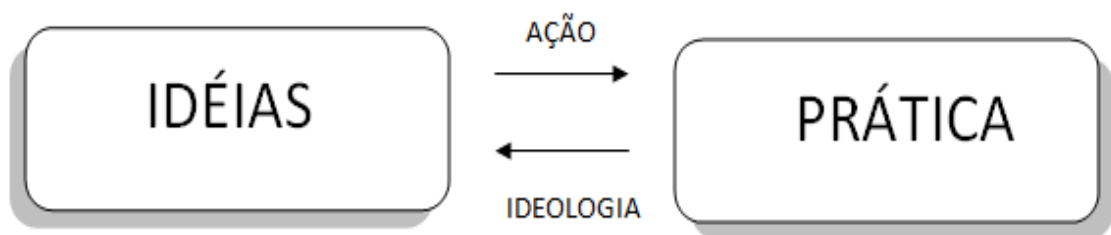


Figura1: Baseada em Dobb p.29-30

O aparato analítico – estatístico, matemático, etc. -, por si só, não é suficiente para oferecer explicações sobre fenômenos concretos.¹⁷ Deve entrar um elemento de ligação à materialidade, normalmente oriundo da *entourage* e experiência social do analista, imerso no seio de complexas relações sociais. Só aí encontrará o pesquisador o substrato com qual poderá interpretar a realidade, de uma forma atrelada a ela, dando sentido a sua interpretação. Esta necessidade inviabiliza qualquer proposição de neutralidade científica. Ou dizemos algo sobre o comportamento de uma gama de elementos econômicos ou abrimos mão disso pelo apego à neutralidade.

“Tudo quanto se pode dizer resumidamente, penso eu, a respeito de um *corpus* supostamente “neutro”, é que ao ser cuidadosamente formulado e analisado, se revelará muitíssimo escasso em conteúdo concreto: isto é, a sua aparente neutralidade resulta de conter muito pouco em matéria de afirmações concretas sobre situações econômicas, ou os processos e suas manifestações – tão pouco, talvez, que será muito duvidoso classificá-lo como teoria econômica, no sentido de teoria que *explica* a ação e o comportamento social” (Dobb, 1977, p.22)

Com efeito, aquilo que realmente se processa é um intercâmbio contínuo entre as idéias e as situações práticas. Um processo - inerentemente crítico - transformador seguidamente das idéias e da prática. Enfim, neste processo a ideologia tem um papel crucial. É ela que, em última instância, fundamenta as primeiras concepções que permitirão, numa etapa subsequente, erigir os diversos edifícios teóricos. E estes, prontos, servirão como base para intervenções na realidade.

“... na medida em que as idéias são postas em confronto com os problemas, e estes se referem (implícita ou explicitamente, e senão direta, pelo menos indiretamente) a uma *atividade* potencial, o processo de crítica e desenvolvimento dificilmente pode deixar de ser influenciado pelo *meio* social (ou ponto de referência no complexo de relações sociais) do indivíduo ou ‘escola’ que formula o problema” [grifos do original] (Dobb, 1977, p.29-30).

¹⁷ Isso não significa eliminar toda e qualquer abstração. A generalização seleciona os aspectos que ficam na sombra e aqueles merecedores de destaque (Dobb, 1977, p.39). Ela passa, portanto, pelo crivo das *visões*

CAPÍTULO II - O PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO SEGUNDO MANTEGA

Neste capítulo apresentaremos a forma pela qual Guido Mantega¹⁸ organizou o pensamento econômico brasileiro. Inicialmente serão apresentados sucintamente os três modelos de interpretação daquele pensamento segundo o autor. Em seguida discutiremos o método utilizado para esse fim, essencial para os propósitos deste trabalho.

II.1 - Os modelos de interpretação

Na sua obra *A Economia Política Brasileira* Mantega propõe três modelos de interpretação: o “Modelo de Substituição de Importações”, o “Modelo Democrático-burguês e o “Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista”. Os autores pertencentes a estes modelos satisfizeram dois requisitos: criatividade e fecundidade. Requisitos que definem quem integra ou não a economia política brasileira. O primeiro impõe ao economista político a necessidade precípua de não transpor teorias produzidas no exterior diretamente para a interpretação da realidade do Brasil. Ou seja, é preciso, antes de tudo, interpretações inovadoras acerca da economia brasileira. Segundo, é preciso que a economia política produzida traga no seu bojo a característica da fecundidade. Isto é, a capacidade de gerar novas linhas de pesquisa e investigação, evitando qualquer possibilidade de estancamento na produção científica.

Daí a exclusão do pensamento liberal brasileiro. Mantega (1984, p.12) aponta a mera transferência do pensamento neoclássico produzido no exterior para a interpretação da realidade brasileira. Visto desse modo, a defesa da eficiência dos mercados, internamente, e a teoria das vantagens comparativas, definindo padrões internacionais de comércio, não trariam quaisquer inovações teóricas. Não perfazendo os requisitos para ingressar no conjunto de autores da economia política brasileira. O autor classifica Eugênio Gudin e Roberto Campos como dois destes economistas liberais, influentes em seu tempo.

¹⁸ Atual (2009/2) Ministro de Estado da Fazenda e egresso do CEBRAP.

Não serão aprofundadas as exposições de cada autor. A ênfase recairá sobre os elementos unificadores encontrados por Mantega para reunir autores e obras diversificados sob um mesmo “modelo”.

II.1.1 - O Modelo de Substituição de Importações

Este modelo da Economia política Brasileira representa autores tais como Celso Furtado, Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, Paul Singer e Luiz Carlos Bresser Pereira. Estes autores pioneiros no Brasil, argumenta Mantega (1984, p.77), são legatários, direta e indiretamente, do pensamento histórico-estruturalista engendrado na CEPAL¹⁹. Embora os autores também recebessem influências de outros aportes teóricos como o neoclássico, o keynesiano e o marxista.

As obras dos autores, em conjunto referir-se-iam principalmente à problemática oriunda do processo de substituição de importações. Este peculiar processo de industrialização na América Latina, em geral, e do Brasil, em particular, constitui verdadeira “espinha dorsal do modelo” (Mantega, 1984, p.102). Concomitantemente orientavam-se pela temática do desenvolvimento econômico, mais especificamente pelo subdesenvolvimento²⁰ brasileiro. Mantega (1984) aponta ainda outras questões-chave, inquietantes para os autores, que emergiram na discussão mais ampla do processo de substituição de importações.

A proposta de interpretação unificadora, a princípio, era a incapacidade de dar continuidade ao desenvolvimento capitalista das economias periféricas por meio do processo de substituição de importações. Era a tese *estagnacionista*, segundo a qual os países subdesenvolvidos estariam fadados à estagnação econômica. Ela baseava-se no seguinte processo: primeiro, as economias subdesenvolvidas possuíam uma oferta quase

¹⁹ Órgão da Organização das Nações Unidas voltado à compreensão das especificidades das economias latino-americanas. Principalmente no referente ao desenvolvimento sócio-econômico da região.

²⁰ Entendido não como etapa rumo a níveis mais elevados de desenvolvimento, mas como uma característica marcante de certas formações sócio-econômicas. Estreitamente vinculadas e funcionais aos chamados países desenvolvidos.

ilimitada de mão-de-obra. Segundo, introduziam-se tecnologias estrangeiras, incompatíveis com o nível de acumulação interna, poupadoras de trabalho e que empregariam poucas pessoas. Finalmente, a produção, que já se iniciaria em uma escala elevada, não encontraria mercado para escoar a produção.

O principal problema, segundo Mantega (1984, p.129), do “Modelo de Substituição de Importações” era o seu enfoque nas determinações provenientes das relações econômicas internacionais. Havia, portanto, uma marginalização dos determinantes internos da dinâmica capitalista dos países subdesenvolvidos. Pouco a pouco alguns autores, notadamente Maria da Conceição Tavares e Paul Singer²¹, vão procurar explicar crises e ciclos por meio de análises fundadas nos já consideráveis elementos capitalistas daquelas economias. Era possível então um desenvolvimento nos marcos do capitalismo, como a retomada do crescimento no final dos anos 60 mostrou. Embora permanecessem restrições externas consideráveis. Ou seja:

“... a crise dos anos 60 foi interpretada erroneamente como o esgotamento do processo de substituição de importações, numa economia capitalista que ainda não teria atingido seu dinamismo próprio; quando, na verdade, já se tratava de uma crise cíclica, oriunda das contradições fundamentalmente capitalistas da dinâmica interna da sociedade brasileira...” (Mantega, 1984, p.131)

II.1.2 - O Modelo Democrático-burguês

Este modelo representa, grosso modo, o pensamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) fundado na tese da existência de um Brasil rural semifeudal. Em estreita correlação com o latifúndio operaria o imperialismo. Este agiria principalmente no âmbito do comércio internacional, transacionando para os países centrais a produção agrícola da periferia. Ao mesmo tempo definia-se a posição dos países periféricos na divisão internacional do trabalho: produção e exportação de produtos primários.

Estes elementos entravariam o desenvolvimento das forças produtivas da nação brasileira por vários motivos:

²¹ Em princípio também convergiam para a tese estagnacionista, que, progressivamente, foram caindo em desuso. Notadamente, pela sua incompatibilidade com a empiria.

- Os preços eram determinados pelo imperialismo, ficando a menor parte do excedente no Brasil;
- Pagamento de salários próximos ou abaixo do valor de reprodução da força de trabalho;
- A limitação de mercado que isto gerava, obstruindo indiretamente os avanços da industrialização.

Os autores pertencentes a este “modelo” acreditavam que os interesses da burguesia industrial eram afrontados; na medida em que o campo, arcaico, restringia sua capacidade de acumulação de capital. A solução seria uma revolução “democrático-burguesa” para colocar um termo nos resquícios feudais e expulsar o imperialismo do Brasil e instaurar plenamente o capitalismo industrializante de cunho nacional. Proposta originada e vigorosamente defendida no PCB. Da consolidação capitalista emergiriam as contradições básicas daquela formação econômica urbano-industrial: a luta de classes se cristalizaria, opondo capital e trabalho. A linha-mestra do PCB, nas palavras de Mantega:

“a revolução democrático-burguesa desenvolveria o capitalismo no Brasil, ao mesmo tempo que romperia os grilhões feudais das massas e lhes franquearia o ingresso na arena política (graças às condições democráticas criadas para que a própria burguesia derrotasse o latifúndio feudal), preparando, assim, o terreno para a sua organização e politização em prol do socialismo” (Mantega, 1984, p.137).

Os autores de maior projeção neste “modelo” foram Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré (Mantega, 1984, p.159). Ambos militantes de longa data do PCB. Esta tendência incorpora muito da tese “etapista” vinda da Internacional Comunista (Comintern) e elaborada pela III Internacional. Segundo esta fonte os países periféricos, com industrialização inexistente ou incipiente, deveriam seguir o processo tradicional: eliminar os resquícios feudais, fazer avançar as forças produtivas. Somente então as contradições de classe eclodiriam culminando na revolução socialista (Mantega, 1984, p.135).

No entanto este diagnóstico era equivocado porque, quando da defesa da tese feudal nas décadas de 50 e 60, o Brasil já apresentava significativa acumulação de capital na indústria. E mesmo o campo já se desenvolvia, aumentando sua produtividade, embora muito menos do que a indústria. Tal situação era incompatível com o diagnóstico da estrutura produtiva e das relações sociais do “modelo democrático-burguês”. Em suma, houve uma

“... avaliação errônea do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção no Brasil, (...) tidas como pré-capitalistas, quando já vigorava a acumulação de capital em escala alargada, de modo a comprometer sua visão da situação das classes sociais brasileiras, a deturpar os interesses político-econômicos destas e escamotear suas principais contradições e antagonismos [principalmente capital *versus* trabalho]” (Mantega, 1984, p.209).

II.1.3 - O Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista

Os autores integrantes deste “modelo” são avessos à ortodoxia emanada das teses do PCB. Mantega elege como representantes Caio Prado Júnior, André Gunder Frank²² e Ruy Mauro Marini.

Estes autores receberam influências de críticos da ortodoxia marxista da III Internacional. Essas críticas provinham, em grande medida, do revolucionário russo Leon Trotski, principalmente do seu conceito de *desenvolvimento desigual e combinado*. As teses trotskistas ganharam vulto com a IV Internacional. Dela derivaram algumas teses sobre o desenvolvimento capitalista em países periféricos e orientações para a ação revolucionária socialista (Mantega, 1984, p.143)

Segundo este “Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista” não havia nenhuma reminiscência feudal atravancando o desenvolvimento das forças produtivas. As economias subdesenvolvidas, a do Brasil inclusive, já eram definitivamente capitalistas. Ao seu modo subdesenvolvido, mas capitalistas. E este capitalismo era derivado das

²² Mesmo estrangeiro Gunder Frank contribui, com muitos artigos e livros, para o debate acerca do desenvolvimento e do subdesenvolvimento latino-americano e brasileiro.

incursões imperialistas dos primeiros países capitalistas. Até meados do século XIX eram extensões coloniais das metrópoles, posteriormente economias subdesenvolvidas e dependentes.

“... a gênese do subdesenvolvimento atual das sociedades latino-americanas deveria ser buscada na própria expansão do capitalismo, que teria determinado (...) não apenas a formação das estruturas coloniais e dependentes, como prosseguiria reiterando o subdesenvolvimento a partir da sistemática exploração das atuais ex-colônias.” (Mantega, 1984, p.214)

Ocorria, de fato, uma relação de dependência entre o capitalismo periférico – subdesenvolvido – e o capitalismo do centro – desenvolvido. Relações assimétricas seriam fundamentais para o desenvolvimento do centro do sistema capitalista internacional. Ele necessitaria da permanente transferência do excedente periférico. O subdesenvolvimento não seria, portanto, uma mera etapa anterior ao estágio superior do desenvolvimento; ele seria funcional e reprodutor daquela exploração. (Mantega, 1984, p.211).

Este processo de extração do excedente brasileiro permeou a princípio a agricultura por meio da ação comercial do imperialismo, que se beneficiava da precariedade das condições de trabalho e de reprodução dos trabalhadores da periferia. Posteriormente, quando do crescimento da industrialização e das inversões diretas estrangeiras, por meio das remessas de lucros e da manutenção da *superexploração* da força de trabalho de países subdesenvolvidos. (Mantega, 1984, p.266). Esta se caracterizaria, principalmente, pela extração de mais-valia absoluta, ou seja, o aumento da mais-valia gerada por meio da extensão da jornada de trabalho. Mas também pela contração progressiva do salário real²³.

²³ Como, por exemplo, no caso brasileiro, o arrocho salarial perpetrado pela ditadura militar brasileira por meio do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Neste episódio da história brasileira o salário de subsistência - com a teoria clássica do excedente em mente – continuou sendo determinado historicamente e socialmente. A arbitrariedade do período não desfaz esta determinação, ao contrário, salienta seu caráter historicamente condicionado.

Essa condição da economia subdesenvolvida era inerente à inserção no sistema capitalista mundial. O desenvolvimento das forças produtivas não romperia com este esquema, visto que não restava qualquer etapa capitalista ainda por ser alcançada. A solução proposta pelos autores²⁴ do “modelo” para por um termo nestes problemas era a imediata organização política das massas visando o socialismo.

II.2 - O Método de Sistematização

Resta agora saber se a sistematização do pensamento econômico brasileiro, construída por Mantega, comporta a qualificação de tradicional ou crítica. Apesar de não demonstrar explicitamente os seus pressupostos metodológicos, é possível inferi-los a partir de sua interpretação da produção em economia política no Brasil.

Mantega propõe a reunião dos autores relevantes em “modelos” de interpretação da economia política brasileira. Para isto ele usa dois critérios: afinidades das teorias e complementaridades de suas principais explicações para a realidade econômica brasileira.²⁵ Assim, por um lado, as semelhanças teóricas são ressaltadas, tornando os modelos mais ou menos coerentes. Por outro lado as teses são agrupadas de forma a permitir que aquelas que apresentem similitudes na temática enfocada e nas possíveis soluções dos problemas encontrados permaneçam juntas. Segundo Mantega é este o papel de sua *Economia Política Brasileira*:

“Para interpretar a economia brasileira, os analistas lançaram mão de várias concepções sobre a articulação dos sistemas econômicos, sobre sua dinâmica de funcionamento, ou sobre suas leis fundamentais e possibilidades de transformação, desembocando em diagnósticos diferentes, quando não conflitantes, sobre a mesma realidade. Coube aqui explicitar essas concepções embutidas nas análises concretas, ordená-las em sistemas teóricos e agrupá-las de acordo com sua

²⁴ Diferentemente de Gunder Frank e Rui Mauro Marini, Caio Prado Jr. propôs uma estratégia revolucionária mais próxima àquela do PCB (Mantega, 1984, p.213), sinalizando sua adesão ao partido ao qual era filiado há muito.

²⁵ Depois de passar pelo crivo da originalidade e fecundidade, como apontado no início do presente capítulo. Crivo pelo qual não passaram os liberais, adeptos estritos da teoria neoclássica.

proximidade e complementaridade, de modo a formar os modelos analíticos e as correntes de pensamento em questão.” [Grifo meu] (Mantega, 1984, p.19)

No entanto como apontou Guido Mantega acima os analistas possuem influências as mais variadas. De Marx aos neoclássicos, passando por Keynes e Kalecki. Portanto, mesmo com suas temáticas afins, as teorias agrupadas num mesmo “modelo” são divergentes no que tange às teorias do valor e distribuição que as embasam (Mantega, 1984, p.19). Foi, desse modo, possível reunir no “Modelo de Substituição de Importações” autores como Celso Furtado e Ignácio Rangel. O primeiro diretamente ligado à CEPAL e, então, com sua obra fortemente apoiada no estruturalismo.²⁶ O segundo com influências marcantes de Marx e Keynes. Daí a presença nesta sistematização do pensamento econômico brasileiro de um “... caráter arbitrário envolvido na escolha dos autores e na ordenação de suas teses em modelos de interpretação.” (Mantega, 1984, p.21)

No entanto, e apesar da forma pela qual Mantega reúne os autores, é necessário salientar a interpretação evolutiva que faz do pensamento econômico brasileiro. Segundo o economista, são dois os principais ganhos de qualidade nas interpretações da economia brasileira.

Numa primeira etapa ocorre a negação empírica das teses *estagnacionistas*. Tanto o “Modelo de Substituição de Importações” quanto o “Modelo Democrático-burguês” apontavam nesta direção. Em suma, o campo brasileiro, arcaico ou feudal, obstruía o desenvolvimento dos mercados consumidores. Outro obstáculo neste sentido era o já indicado problema de incorporação da abundante mão-de-obra frente às técnicas que a poupava. A realização da produção seria inviabilizada e a indústria encontraria então o termo de sua expansão. O milagre econômico brasileiro refutaria empiricamente essas idéias. Concomitantemente emergiam novas interpretações da viabilidade da acumulação industrial no Brasil, possível mesmo com elevada concentração da renda nacional (Mantega, 1984, p.16).

²⁶ Apesar de recorrentes inflexões de origem neoclássica. Principalmente devido à influência em sua obra de Arthur Lewis, um dos autores clássicos do desenvolvimento.

Posteriormente o avanço seria obtido superando-se a tese do “modelo de Subdesenvolvimento Capitalista”²⁷ segundo a qual a limitação dos mercados consumidores gerada pela *superexploração* da força de trabalho, seria contornada pelo *subimperialismo* brasileiro. Mantega (1984, p.280) esclarece que o Estado brasileiro não precisaria nem impulsionar a demanda interna, supostamente frágil, nem procurar mercados nos demais países latino-americanos. Visto que a indústria brasileira não necessitaria fundamentalmente dos mercados de bens de consumo correntes para se desenvolver, obtendo maior fôlego por meio dos setores de bens duráveis, intermediários e de capital, por meio de seus impactos diretos e indiretos em toda a matriz industrial. É justamente aí que está a impulsão da demanda agregada. Nas palavras do autor:

“Em síntese, a escalada da acumulação industrial no Brasil processou-se, a princípio, em função de um mercado consumidor pré-industrial, que se transformou, numa primeira etapa, num mercado de bens de consumo popular (...), depois num mercado de bens de produção e finalmente num mercado composto pela demanda de bens de consumo popular, de bens duráveis, e de produção, com prevalência destes dois últimos” (Mantega, 1984, p.279).

Havia, no entanto, uma teoria engendrada das inconsistências das anteriores, e que as superava. Era a teoria da dependência consolidada nos anos 70. Oriunda do CEBRAP, esta teoria propôs a interpretação da condição capitalista e subdesenvolvida brasileira por meio do binômio “dependente e associado” ao capital estrangeiro. Dependente enquanto não determina internamente os rumos da tecnologia e da acumulação de capital. Associado enquanto beneficiário do desenvolvimento das forças produtivas e dos mercados subsidiários criados pelos investimentos externos diretos em território brasileiro. Segundo Mantega, o imperialismo era finalmente interpretado como capaz de coexistir com o desenvolvimento brasileiro, e até impulsioná-lo. Esta corrente teria trazido a compreensão da realidade brasileira a níveis muito mais elevados. Emergiu, portanto:

²⁷ Principalmente a elaborada por Ruy Mauro Marini quando de seu exílio no México.

“... na segunda metade dos anos 60, um novo filão teórico no pensamento brasileiro e latino-americano, sustentando a possibilidade de um desenvolvimento capitalista nesses países, que não seria, evidentemente, autônomo e nacional, mas sim dependente e associado ao capital estrangeiro. Nestes termos, a ‘teoria da dependência’, como ficou conhecida essa nova vertente teórica, lançava as bases para um *salto qualitativo* no pensamento econômico brasileiro...” [grifo meu] (Mantega, 1984, p. 16)

Esta notável inflexão teórica é encontrada em duas obras repetidamente citadas por Guido Mantega: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Enzo Faletto e do ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso; e *As Desventuras da Dialética* de José Serra e Fernando Henrique Cardoso²⁸.

Este “salto de qualidade” no campo teórico, conforme sustentado por Mantega, coaduna-se com uma forma tradicional de fazer História do Pensamento Econômico (HPE). Ou seja, aquelas teorias produzidas anteriormente à da dependência tornam-se interessantes como meros relatos evolutivos do pensamento econômico brasileiro. Fundamentais, desse modo, para a compreensão do *estado da arte* da economia. Existe, em cada período, aquela teoria que traz consigo a ratificação do progresso contínuo do pensamento econômico. No caso brasileiro a encontramos no capitalismo “associado e dependente”. Mas, neste ponto, vale uma ressalva.

Na elaboração de seus “modelos de interpretação” da economia política brasileira, Mantega engendrou um método de fazer HPE privilegiando as afinidades temáticas e políticas dos grupos de autores. Posteriormente, porém, estes viriam ser superados pela teoria da dependência. Desse modo algumas correntes conflitantes de interpretação da realidade econômica brasileira cederiam espaço para somente uma teoria. Ocorre então um confuso hibridismo entre as maneiras tradicional e crítica de elaboração de uma HPE brasileira: três modelos desembocando em um só. Este último satisfatório para a compreensão do estágio de desenvolvimento brasileiro.

²⁸ Curioso notar que na “Nota de Agradecimentos” de *Economia Política Brasileira* Guido Mantega tece elogios a Fernando Henrique, membro da banca examinadora de sua tese de doutoramento – base para a elaboração d’A *Economia Política Brasileira*.

Estas características da sistematização de Guido Mantega a tornam de difícil reprodutibilidade no tempo. Quer seja o privilégio às afinidades temáticas e analíticas na abordagem dos autores ou a imprecisão no que tange à possibilidade de existirem interpretações concorrentes – superadas logo em seguida – este problema está posto. O método de Mantega fica atrelado àquela específica conjuntura de transformações sócio-econômicas brasileiras²⁹.

²⁹ Décadas de 50 e 60.

CAPÍTULO III - O PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO SEGUNDO BIELSCHOWSKY

No presente capítulo apresentaremos a forma pela qual Ricardo Bielschowsky³⁰ sistematizou o pensamento econômico brasileiro. O autor de *O Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo* mapeou uma vasta literatura econômica publicada entre 1930 e 1964. Diferentemente de Mantega, que organizara o pensamento oriundo dos anos 50 e 60. Coincidem, porém, em grande medida, no intervalo de tempo selecionado como relevante da produção brasileira em economia.

Primeiro serão apresentadas as cinco correntes de pensamento identificadas pelo autor. O enfoque recairá, em seguida, sobre o método pelo qual foi organizada a multiplicidade do pensamento econômico produzido no país.

III.1 - As Correntes do Pensamento Econômico Brasileiro

Bielschowsky (2004 [1988]) propôs englobar em cinco correntes de pensamento todo o pensamento econômico brasileiro produzido desde a Revolução de 30 até o golpe militar de 1964. Diferentemente da obra de Mantega não foram excluídas quaisquer correntes na sistematização agora analisada. A única peculiaridade é que a originalidade marcante de Ignácio Rangel o fez merecedor de uma seção exclusiva. Logo, fica agrupado desta forma o pensamento econômico brasileiro:

- Os Neoliberais;

- Os Desenvolvimentistas, dividindo-se em três grupos:

³⁰ Atualmente integra o quadro do escritório brasileiro da CEPAL e é professor licenciado do Instituto de Economia da UFRJ.

- Setor Privado;
- Setor Público “Não Nacionalista”;
- Setor Público Nacionalista;
- Os Socialistas;
- Ignácio Rangel.

De cada um dos quatro primeiros grupos Bielschowsky elegeu um representante máximo³¹: Eugênio Gudín, Roberto Simonsen, Roberto Campos e Celso Furtado, respectivamente. Dentre os socialistas não indicou um expoente, elencando, porém, diversos autores. Nas próximas subseções serão enfatizadas as características peculiares de cada grupo, encontradas pelo economista em sua pesquisa. Novamente, como indicado no capítulo precedente, não nos interessa as minúcias de cada representante das correntes, mas sim os elementos unificadores apontados pelo autor da sistematização do pensamento econômico brasileiro.

III.1.1 - Os Neoliberais

Os economistas liberais foram encabeçados por Eugênio Gudín. Sobressaiam-se nomes como: Octávio Gouveia de Bulhões, Denio Nogueira, Alexandre Kafka e Daniel de Carvalho. A instituição que os abrigou durante boa parte do período foi a FGV³².

Estes autores traziam consigo a influência da teoria econômica neoclássica. Sustentava-se, por exemplo, a existência de pleno emprego na economia brasileira (Bielschowsky, 2004 [1988], p.41) e também a eficiência alocativa dos mecanismos de preços de mercado. Por esta razão defendiam alguns pontos de política econômica caros

³¹ À exceção da corrente socialista, cujos autores orbitavam em torno do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de suas publicações.

³² Criada em 1944 e logo sob hegemonia da corrente neoliberal.

aos adeptos daquela teoria. A redução da ingerência do Estado na economia, causadora, apenas, de distorções na almejada eficiência. A necessidade de preservação do vetor de preços relativos, logo a constante manutenção de austeridade em matéria de políticas monetária e fiscal; buscando sempre, e primeiramente, a estabilidade e o equilíbrio monetário-financeiro. Subordinando a ela, portanto, todos os demais objetivos possíveis políticas econômicas, como o desenvolvimento.

Por fim, aderiam de forma estrita à teoria clássica das vantagens comparativas. O Brasil inserir-se-ia na divisão internacional do trabalho por meio da produção que possuísse tais vantagens. Ou seja, as atividades primário-exportadoras. Reconheciam, porém, que o país ficava sujeito às oscilações da demanda internacional daqueles bens. Medidas compensatórias – e provisórias –, que levassem ao funcionamento adequado dos mercados eram admitidas. Da economia subdesenvolvida era necessário

“... identificar ‘novos parâmetros’ e implicações em termos das políticas econômicas de natureza livre-cambista, alterando-as onde necessário. Interessa-lhe [a Gudin], em outras palavras, conhecer as características especiais das economias subdesenvolvidas que exigem políticas econômicas distintas daquelas aplicadas em países desenvolvidos, para que, em última instância, a eficiência da economia de mercado seja preservada” (Bielschowsky, 2004 [1988], p.46).

As investidas industrializantes eram abominadas pelos neoliberais porque distorciam os padrões internacionais de comércio e os mecanismos de mercado. (Bielschowsky, 2004 [1988], p.48) O planejamento econômico, amplamente utilizado no processo de industrialização brasileira, que então crescia, não era mais que o prenúncio do dirigismo “socialista” do Estado. Neste sentido, empresas estatais não eram vistas com bons olhos, pois que substituíam a iniciativa privada, num verdadeiro “efeito *crowding-out*” (Bielschowsky, 2004 [1988], p.61).

Todavia, o ponto básico de contraste com as demais correntes são as funções para a economia brasileira do capital estatal e estrangeiro. Como apontado, o Estado, para estes autores, não deve intervir sobre a capacidade empresarial privada, substituindo-a. Em relação ao capital estrangeiro foram perfeitos cosmopolitas. Argumentavam que aqueles setores carentes de vultosos recursos deveriam ser por eles explorados. E mais, trariam consigo toda a tecnologia e poupança aqui inexistentes.

Neste sentido, não se devia optar pelo nacionalismo excessivo³³ (Bielschowsky, 2004 [1988], p.64).

III.1.2 - Desenvolvimentismo do Setor Privado

Este grupo de economistas esteve relacionado, grosso modo, com a preservação precípua dos interesses empresariais, mormente dos industriais. Roberto Simonsen - ele mesmo um industrial -, Nuno de Figueiredo, e João Paulo de Almeida Magalhães são os expoentes desta corrente. Seus *locus* de reivindicações foram as suas organizações de classe com destaque para a CNI e a FIESP.

Simonsen foi o pioneiro nas demandas organizadas do setor industrial brasileiro. O mais destacado, embora pouco consistente teoricamente conforme aponta Bielschowsky (2004 [1988], p.82).

A defesa do avanço do processo de industrialização era óbvia. Corresponhia ao interesse mais imediato do “setor privado” do desenvolvimentismo. Suas propostas em relação a crédito, comércio internacional e protecionismo, presença do capital estrangeiro e planejamento serão guiadas paralelamente ao atendimento daqueles interesses.

Não trataram do tema da inflação senão para se oporem às investidas de contração do crédito. Justificada pela necessidade de capital de giro e manutenção de financiamento para possíveis expansões produtivas (Bielschowsky, 2004 [1988], p.99). Argumentavam que as assimetrias do progresso industrial brasileiro, quando comparado ao estrangeiro, tornavam necessária a proteção da indústria brasileira; por meio de restrições às importações, valorizações cambiais ou elevação de tarifas.

³³ Na verdade, quando obteve o cargo de Ministro de Estado da Fazenda, Gudin instaurou a Instrução 113 da SUMOC. Ela permitia às empresas estrangeiras a importação de bens de capital sem cobertura cambial. Gudin favoreceu tanto o capital estrangeiro que acabou recebendo o opróbrio dos defensores do capital nacional.

Quanto ao tratamento que propunham às inversões estatais e às inversões estrangeiras eram unânimes em demandas. Não importava muito se estatal ou estrangeira, a origem do capital não poderia obstaculizar as aplicações de capital e o desenvolvimento de atividades lideradas pelo capital privado nacional. Por isso reivindicavam inversões em setores estratégicos, geradores de economias externas, e o desenvolvimento de setores pouco intensivos de capital privado nacional, que poderiam fomentá-lo a reboque. Especificamente em relação aos investimentos estatais Bielschowsky afirma que os desenvolvimentistas do setor privado limitavam-se

“... freqüentemente, a um nível genérico de aceitação do apoio governamental à acumulação industrial privada. A fórmula que os industriais utilizavam para apresentar uma posição coletiva consensual era a recomendação de que deveriam ser consultados em todos os casos de projetos de investimentos estatais”
Bielschowsky (2004 [1988], p.92).

III.1.3 - Desenvolvimentismo “não nacionalista”

Aglutinaram-se em torno da CMBEU e do BNDE, ou seja, tiveram certa projeção a partir de instituições criadas no segundo governo Vargas. Seus principais representantes foram: Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva e Ary Torres.

Campos o economista de maior peso, quando se trata de cargos públicos ocupados, tem uma trajetória cambiante. De planejador vai terminar como idealizador de políticas fortemente ortodoxas na sua atuação ministerial no regime instaurado em 1964 no Brasil.

São adeptos, como os desenvolvimentistas do setor privado, do planejamento econômico. No entanto, eles possuíam restrições a sua função no desenvolvimento brasileiro. O capital privado, seja nacional ou estrangeiro, deveria ocupar-se dos setores mais atrativos para as inversões. Devido à sua capacidade de investimento e à sua *expertise* em setores novos ou pouco desenvolvidos no país o capital estrangeiro seria crucial para a economia nacional. Ou seja,

“... a insuficiência de capitais, de *know-how* e da capacidade para importar faziam com que os interesses da nação envolvessem uma política de atração de capitais

externos. A participação do Estado em empreendimentos produtivos deveria ser tolerada, mas apenas naqueles projetos indispensáveis, em relação aos quais, momentaneamente, não houvesse interesse privado nacional ou estrangeiro em investir” (Bielschowsky, 2004 [1988], p.122).

Restaria ao planejamento eliminar restrições à prosperidade da iniciativa privada. No planejamento público encontraríamos a capacidade de planejar em longo prazo, a concentração de recursos para viabilizar projetos de vulto e a aceleração do ritmo de crescimento (Bielschowsky, 2004 [1988], p.110).

Pelo exposto, o planejamento não poderia ser integral, como preconizado pela CEPAL. Deveria restringir-se aos setores prioritários para, nos termos de Campos, para fazer “germinar” o desenvolvimento nos demais. Eliminando os pontos de estrangulamento da economia, ou seja, aprimorando basicamente transportes, energia e abastecimento de eletricidade. Além de ser mais facilmente operacionalizado pelo Estado, ocorreria a criação de economias externas. Este planejamento visaria atingir setores específicos - gerando efeitos para “frente” e para “trás” na cadeia produtiva - alterando substancialmente a estrutura de economias subdesenvolvidas.

III.1.4 - Desenvolvimentismo nacionalista

A última corrente desenvolvimentista, a nacionalista, teve como principal economista Celso Furtado. A lista de autores apresentada por Bielschowsky (2004 [1988], p.127) é extensa: Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes e Aldo Franco, foram os pioneiros; posteriormente Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Américo Barbosa de Oliveira e Tomás P. Accioly Borges avançaram nesta corrente do pensamento econômico brasileiro.

Durante o período enfatizado (1930-1964) ocuparam cargos importantes em instituições do governo, principalmente em agências planejadoras. Consolidaram sua

presença, no entanto, somente no pós-guerra. Três instituições os abrigaram em peso: o BNDE, o Clube dos Economistas³⁴ e o IBESP. Este engendraria, em 1955, o ISEB.

Basearam-se, em larga medida, nas teses estruturalistas cepalinas. Eles subordinaram, portanto, como fizeram os desenvolvimentistas do setor privado, as políticas de estabilização às aquelas de desenvolvimento³⁵. E a muitas de suas demandas em termos de políticas tinham cunho notadamente reformista, principalmente em relação à melhoria de condições de vida para o grosso da população. Elemento básico do que entendiam por desenvolvimento (Bielschowsky, 2004 [1988], p.130).

Era necessário arrefecer a dependência no capital estrangeiro e internalizar os centros de decisão da economia. Isto é, construir uma economia que não fosse uma projeção das economias desenvolvidas – superando a condição subdesenvolvida -, trazendo para o Brasil a capacidade de definir seus rumos de desenvolvimento em bases majoritariamente nacionais. O Estado deveria programar a economia com este objetivo como norte. As prioridades eram os setores estratégicos como energia e transportes. Mas os desequilíbrios inter-setoriais de oferta e demanda poderiam também ser antecipados e tratados diretamente pelo Estado e suas empresas. Portanto, acreditavam

“... que a acumulação de capital nos setores estratégicos não podia aguardar a iniciativa e o arbítrio do capital estrangeiro, necessitando de controle e comando interno de agentes capitalistas nacionais. Vale dizer, do Estado já que era consensual que a debilidade do empresariado nacional inviabilizava soluções privadas. Eram céticos quanto às possibilidades de contribuição do capital estrangeiro na fundação dos alicerces da estrutura industrial a ser formada. Particularmente no que dizia respeito aos setores historicamente dominados pelo grande capital estrangeiro, como transporte e energia elétrica, ou por ele cobijados como petróleo e mineração em geral, a ideologia da industrialização ganhava

³⁴ Fundado em 1951 por Furtado e Barbosa Oliveira. Reuniu “dezenas de técnicos nacionalistas do governo federal e alguns desenvolvimentistas do setor privado” (Bielschowsky, 2004 [1988], p.129).

³⁵ Encontra-se justamente neste ponto o traço distintivo dos “nacionalistas” no que concerne à instabilidade, vista como resultado dos desequilíbrios inerentes às estruturas de economias subdesenvolvidas. Somente se atacados tais desequilíbrios combater-se-ia, por exemplo, a inflação; não haveria êxito no combate por meio de políticas deflacionistas (Bielschowsky, 2004 [1988], p148-149).

conotação fortemente nacionalista e estatizante” (Bielschowsky, 2004 [1988], p. 128).

A imprevisibilidade do capital estrangeiro e a referida fragilidade do capital privado não deixavam outra opção. Urgia, desse modo, a intervenção maciça do Estado para avançar o processo de industrialização em curso no Brasil. Eliminando quaisquer incompatibilidades entre estruturas de oferta e de demanda.

III.1.5 - O Pensamento Socialista

O pensamento econômico socialista produzido no Brasil teve - como já apontara Mantega e reforçará Bielschowsky - como principal núcleo de irradiação de idéias o Partido Comunista Brasileiro. Todavia, a divulgação de suas idéias foram intermitentes devido aos períodos de idas e vindas no que diz respeito à legalidade do Partido. Neste sentido, as recorrentes cassações de mandatos políticos levaram muitos de seus membros ao ostracismo, inibindo a disseminação das suas idéias às estritas possibilidades da clandestinidade. Caio Prado Jr. ofereceu as maiores contribuições no período em destaque.

Fundamentados no materialismo histórico, viam a necessidade de aprofundamento das relações capitalistas de produção. Estas levariam a um salto nas forças produtivas brasileiras. Preparar-se-iam daquela maneira as condições plenas para, no futuro, implantar o socialismo no Brasil por meio da revolução (Bielschowsky, 2004 [1988], p.182).

A análise feita por Bielschowsky não difere daquela feita por Mantega no “Modelo Democrático-burguês”. Com a ressalva de que alguns autores discordavam dos diagnósticos de Brasil semifeudal. Como visto, Caio Prado se notabilizou neste sentido. Concomitante àquele diagnóstico havia a defesa antiimperialista da economia nacional. Abaixo serão recapitulados, brevemente, estes dois pontos-chave do pensamento socialista.

Primeiro, o latifúndio entravaria o desenvolvimento brasileiro porque manteria relações sociais arcaicas. Seria, portanto, um obstáculo ao pleno desenvolvimento

(capitalista) das forças produtivas no campo. Derivavam daí as propostas veementes dos socialistas pela reforma agrária. A distribuição das terras levaria a uma ocupação mais racional das mesmas, aumentando a sua produtividade. Fomentariam deste modo também as atividades industriais ao permitir maiores mercados e o barateamento dos bens-salários (Bielschowsky, 2004 [1988], p.205).

Segundo, os interesses imperialistas seriam incompatíveis com o desenvolvimento de bases nacionais. Ponto inspirado, em grande medida, nas proposições da Terceira Internacional (Bielschowsky, 2004 [1988], p.196). Os interesses básicos do imperialismo seriam a obtenção de matérias-primas, a extração de mais-valia da periferia e a obtenção de mercados cativos para bens correntes e de capital. Todos obstruiriam o avanço das forças produtivas nos países subdesenvolvidos, principalmente por relegarem a economia a um papel subsidiário na divisão internacional do trabalho.

III.1.6 - O Pensamento de Ignácio Rangel

Ignácio Rangel foi economista do BNDE e do ISEB, nacionalista e socialista. Sobressaem duas peculiaridades em sua obra: o seu amplo sincretismo em âmbito teórico e a sua tese da dualidade básica da economia brasileira (Bielschowsky, 2004 [1988], p.210).

Suas influências teóricas são diversificadas: Adam Smith e sua idéia de divisão social do trabalho como alavanca da produtividade, Karl Marx e o materialismo histórico, e a busca pela complementaridade de teses econômicas de Marx e Keynes. A produção social e a apropriação privada, característica básica de economias capitalistas enfatizada por Marx, necessitava de um reforço teórico para a compreensão das crises de realização. Abria-se a janela para os aportes de cunho keynesiano (Bielschowsky, 2004 [1988], p.221). Toda esta mistura teórica objetivava, em última instância, uma interpretação coerente e original da realidade brasileira.

“A obra de Rangel corresponde a um original ensaio de adaptação do materialismo histórico e da teoria econômica à análise do caso brasileiro, que o autor

empreendeu com o sentido de uma busca sistemática do entendimento da especificidade das leis de formação histórica e de funcionamento da economia brasileira” (Bielschowsky, 2004 [1988], p.210).

A tese da dualidade brasileira, de imensa sofisticação, apontava para a presença crônica no Brasil de pares de modos de produção. Um deles, o “pólo interno” corresponderia ao meio pelo qual a economia se organizaria dentro do país. O “pólo externo” seria determinado pelos setores ligados ao comércio internacional. Neste sentido o Brasil já possuiu, os seguintes pares: escravismo - capitalismo mercantil, latifúndio feudal – capitalismo mercantil e latifúndio feudal – capitalismo industrial.

A mudança de dualidade ocorreria alternadamente num dos pólos, enquanto o outro permaneceria o mesmo do período anterior. Ou seja, muda-se o “pólo interno”, mantém-se o “pólo externo”; em seguida muda-se o “pólo externo”, mantém-se o “pólo interno” (Bielschowsky, 2004 [1988], p.213-214). Esta peculiaridade adviria do caráter complementar da economia brasileira frente às economias desenvolvidas. Em outras palavras, a economia dual responderia às mudanças nas economias centrais, se lhes adaptando.

Por fim vale ressaltar a defesa de Rangel ao planejamento e ao controle severo ao capital estrangeiro. As duas estariam ligadas à última fase da dualidade, ou seja, a instauração do capitalismo industrial no Brasil e do capitalismo financeiro no centro³⁶. A instabilidade derivada das relações econômicas internacionais e da forte pressão da concorrência internacional retirava das taxas de câmbio a capacidade de sinalização de mercado (Bielschowsky, 2004 [1988], p.223-224). Tornava-se urgente ao Estado intervir no comércio exterior e, ao mesmo tempo, fortalecer a base produtiva industrial doméstica.

“Para Rangel, uma programação [planejamento] assentada no propósito de utilizar os recursos ociosos da economia brasileira representava, nos anos 50, a reforma básica que permitiria um desenvolvimento nacional integral. Quebrar-se-ia a supérflua dependência no capital mercantil e financeiro internacional, libertando a

³⁶ Este obstruía principalmente a formação de um mercado interno robusto pela indústria brasileira, interessante também para os latifundiários. Vide nota 9 do capítulo 6. (Bielschowsky, 2004 [1988], p.448)

nação do imperialismo e permitindo um crescimento com contínua elevação salarial” (Bielschowsky, 2004 [1988], p.228).

III.2 - O Método de Sistematização

Segundo o autor de *Pensamento Econômico Brasileiro: Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*

“A sistematização anterior teve como critério básico a identificação do projeto de desenvolvimento perseguido pelos economistas e intelectuais que se pronunciavam, no período estudado, sobre a problemática econômica brasileira. Empregamos como instrumento-chave o conceito de ‘desenvolvimentismo’, que (...) é entendido como um projeto de industrialização planejada e apoiada pelo Estado” (Bielschowsky, 2004 [1988], p.247).

O primeiro aspecto sobre o qual é preciso reter a atenção é o meio pelo qual os economistas *pronunciavam* suas idéias. À época não estavam consolidados institutos ou faculdades dedicados exclusivamente ao estudo da economia. Surgiam naquela época os primeiros cursos de graduação de economia, como, por exemplo, os da Universidade do Brasil (futura UFRJ) e da FGV. E poucos ou nulos eram os docentes dedicados exclusivamente ao ensino e pesquisa (Bielschowsky, 2004 [1988], p.7). Por isso as contribuições para a compreensão da realidade econômica brasileira estiveram dispersas em livros, artigos, anais de encontros (conferências, congressos e afins) e em pronunciamentos de entidades de classe.

Neste sentido as formulações analíticas não receberam o adequado refinamento pela força do papel das questões práticas naquele período, o que gerou certa falta de comprometimento acadêmico. Permaneceram na análise conceitos imprecisos e por vezes se elaboravam teorias pouco consistentes. A exceção salienta Bielschowsky (2004 [1988], p.6) caberia à obra da CEPAL.

Logo a sistematização do pensamento econômico brasileiro não poderia contar uma evolução da análise econômica aos moldes estritamente schumpeterianos. Mas poderia beneficiar-se da tripartição que possibilitou a autonomia relativa da análise econômica.

Já vimos, no capítulo primeiro, a tripartição, feita por Schumpeter, da evolução pensamento econômico *lato sensu*. Eram elas: a história da análise econômica, a história dos sistemas de economia política e a história do pensamento econômico. Recordemos as definições das duas últimas: A história dos sistemas de economia política não passa “... [d]a exposição de um amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como os princípios do liberalismo econômico, do socialismo, etc.” (Schumpeter, 1964 [1954], p.64) A história do pensamento econômico é “... a soma total de todas as opiniões e desejos referentes assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental que, em determinado tempo e lugar, pertenceu ao espírito público” (Schumpeter, 1964 [1954], p.64-65). É justamente a fusão destas que, segundo Bielschowsky, convém para construir uma história do pensamento econômico brasileiro inteligível. O pensamento econômico como origem dos debates de sistemas de economia política.

Embora não descuide da importância da análise econômica Bielschowsky, aponta, no entanto, a inevitabilidade de deixá-la em segundo plano. Devido principalmente às características da produção do pensamento econômico no Brasil.

No entanto, mesmo que imprecisos os economistas trazem consigo um arcabouço teórico mais ou menos acabado. É, portanto, *fundamental* identificá-lo para conseguir apontar as explicações³⁷ subjacentes ao pensamento econômico. Caso contrário a sistematização restringir-se-á às “opiniões” e “opções políticas” do seletor grupo de economistas, mesmo os não acadêmicos. No caso às “opiniões” acerca do desenvolvimento brasileiro. Ou seja,

“A dimensão histórica do pensamento econômico é tratada através da avaliação de seu conteúdo político, a qual, por sua vez, concentra-se na posição dos autores a respeito das principais questões da economia da época...” (Bielschowsky, 2004 [1988], p.9).

³⁷ No sentido que Dobb (1977) deu ao criticar a separação de Schumpeter dos elementos estritamente analíticos daqueles imbuídos de ideologia.

Como sistematizar então o pensamento econômico? E não somente as “opiniões” econômicas? É inviável para este fim relegar a análise e os construtos teóricos a um segundo plano, mesmo que os economistas os utilizem de maneira acessória. Mais ou menos acabados, eles estão presentes. Não é, no entanto, deste modo que a sistematização de Bielschowsky é erigida.

O segundo ponto da elaboração metodológica do economista é o apontado conceito de “desenvolvimentismo”. Ele é a chave para a separação dos economistas nas diferentes correntes apontadas. No centro a corrente desenvolvimentista e a cada lado aquelas com projetos econômicos e políticos diferentes para a industrialização planejada. À esquerda os socialistas, à direita os neoliberais (Bielschowsky, 2004 [1988], p.432). É, portanto, com a contribuição inovadora de “desenvolvimentismo” como delimitador de correntes do pensamento econômico brasileiro daquela época que o autor constrói sua sistematização.

No período relevante para a obra de Bielschowsky (1930-64) existiu mesmo um “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”³⁸. Nele, segundo o autor, o pensamento desenvolvimentista surgiu, amadureceu, encontrou seu auge e declínio³⁹ (Bielschowsky, 2004 [1988], p.247-248). O economista descreveu assim a perspectiva dos embates enfrentados pelo “desenvolvimentismo” no imediato pós-guerra:

“Assim como a vitória do conjunto de elementos históricos de suporte à industrialização só ficaria plenamente demonstrada anos depois, a vitória de um desses elementos, o ideológico, também levaria algum tempo para se concretizar. No nível de uma das frentes ideológicas básicas da sociedade, isto é, no nível da produção intelectual, a situação ainda permaneceria indefinida na conjuntura de

³⁸ Foco da segunda parte de sua obra.

³⁹ Seu surgimento e amadurecimento seriam conexos à substituição de importações espontânea durante a Segunda Guerra e às primeiras reivindicações de manutenção e aprofundamento da industrialização. O auge corresponderia à implementação do Plano de Metas, no governo Juscelino Kubitschek. O declínio relacionar-se-ia à crise da década de 60, quando a corrente começou a sofrer ataques de muitas frentes. E os rumos dos debates neoliberais e socialistas começaram a descolarem-se da ideologia desenvolvimentista. A obra de Bielschowsky (2004 [1988]) não trata do período posterior a 1964, mas os acontecimentos econômicos do período da ditadura militar permitem questionar o declínio do “desenvolvimentismo” – entendido como industrialização com amplo planejamento estatal.

transição do após-guerra, com um certo equilíbrio das posições em conflito”
(Bielschowsky, 2004 [1988], p.267)

Sempre enfrentando percalços, o autor afirma que o “desenvolvimentismo” afirmou-se no cenário político brasileiro. Político porque foi se afirmando nas esferas decisórias do Estado brasileiro e nos debates de política econômica. Em última instância, pela defesa da industrialização integral guiada pelo Estado. É, neste sentido, que o “desenvolvimentismo” conduz todas as correntes elencadas acima. Apenas dessa forma foi possível a Bielschowsky organizar o pensamento econômico da época colocando todas as correntes como reflexas ao debate de vulto da época: o desenvolvimento e os meios para atingi-lo. Assim, as correntes, socialista e neoliberal, compartilhariam, grosso modo, esta mesma questão principal com os “desenvolvimentistas”, embora na orientação política divergissem deles (Malta et al., 2009, p.6). Inserir-se-iam, deste modo, a reboque dos desenvolvimentistas naquele “ciclo ideológico”.

Este método encontra, ato contínuo, um óbice. Não é viável a sua replicação a outros espaços e tempos. Ao arrefecer do desenvolvimentismo outros rumos seriam tomados pelas correntes de pensamento. Pautadas por objetivos diversos ao da industrialização planejada pelo Estado. Circunscreve-se, portanto, estritamente à produção do período compreendido entre 1930 e 1945.

É necessário enfatizar que a alegação básica de Bielschowsky para pôr em relevo os sistemas de economia política – o “desenvolvimentista” no caso – é o caráter disperso e pouco metódico da produção da literatura econômica da época. No entanto, a defesa da omissão de buscar os fundamentos analíticos do pensamento dificilmente se sustenta em períodos subseqüentes àquele. Ainda mais com a consolidação do ensino e pesquisa em economia pelo Brasil. Com grande destaque para o imenso aparato nacional de pós-graduação de ciências econômicas.

CONCLUSÃO

Salientaram-se no primeiro capítulo as diferenças entre a elaboração tradicional e a crítica de HPE. A primeira prima pela compreensão evolutiva do pensamento econômico. As idéias econômicas são elencadas das mais primitivas às mais avançadas. No presente observaríamos o melhor desenvolvimento da produção intelectual em economia. A segunda destaca-se pela ênfase na existência concomitante de mais de uma interpretação do funcionamento da economia. Há, neste sentido, uma ruptura inexorável nos fundamentos de teorias econômicas divergentes. No entanto as teorias aprimoram sua consistência, sendo possível tratar do desenvolvimento próprio de uma abordagem teórica. Foi enfatizada, nesta produção de HPE, a aceitação da ruptura existente entre as teorias do valor e distribuição clássica e a marginalista

Em seguida se enfatizou a concordância da *História da Análise Econômica* de Schumpeter com os preceitos da leitura tradicional de HPE. No entanto, a obra do economista austríaco se restringia à esfera da análise econômica, que supôs possível de ser abordada de forma evolutiva. Como contraponto utilizou-se a crítica de Dobb à separação da análise econômica como esfera autônoma da ciência econômica. Para receber a qualidade de explicação, ou seja, para ter um significado a análise precisa tratar de elementos concretos. E de fato a prática embasa o desenvolvimento da análise e esta serve - reiteradamente e de maneira aperfeiçoada – como meio consciente de intervenção racional na própria prática. Mas a prática, o concreto, só influi na análise por meio da ideologia. Torna-se fundamental para a HPE entendida desta maneira uma compreensão conjunta dos desdobramentos subseqüentes entre análise e as condições sócio-econômicas de uma época. Isto é, do intercâmbio entre a realidade e as idéias.

Mantega se atém à genérica afinidade temática entre os autores dos três “modelos de interpretação”. Insere elementos analíticos e políticos com a arbitrariedade por ele reconhecida na sua introdução à *Economia Política Brasileira* (Mantega, 1984, p.21). Inexiste, portanto, na sua sistematização um único peso e medida para elencar o pensamento econômico brasileiro. Oscila entre a relevância de programas políticos e fundamentos teóricos, privilegiando, quando convém, uma das duas opções.

Padece ainda de um elemento da HPE tradicional: a acepção de que “saltos qualitativos” (Mantega, 1984, p.16) possam tornar o passado teórico mera curiosidade, já devidamente superada pelo avanço da ciência econômica. Esta compreensão somada à existência anterior de três “modelos de interpretação da economia política brasileira” torna a sistematização de Mantega ambígua no tocante à separação feita entre uma HPE tradicional e outra, crítica.

Bielschowsky, por seu turno, embute na dificuldade encontrada de definir com precisão os aportes teóricos subjacentes ao pensamento econômico – tido como “pouco acadêmico” à época – a necessidade de discernir as correntes pelo sistema de economia política predominante. No caso o “sistema desenvolvimentista”. No mais é coerente com uma elaboração de HPE evolutiva, pois que uma opção por política econômica de industrialização guiada pelo Estado restringe a autonomia dos debates de todas as correntes de pensamento, guiando-as pela sua maturidade, apogeu e descenso.

O método de Bielschowsky retoma a tripartição de Schumpeter. Entretanto o faz às avessas. Enquanto, no original, o economista austríaco imunizara a análise econômica dos efeitos malquistos da ideologia para traçar uma evolução da análise, o seu legatário metodológico privilegia os elementos do sistema de economia política, carregados de ideologia. Neste sentido, ambos tratam de um aprimoramento na compreensão da realidade; o primeiro na esfera estritamente analítica, o segundo pelo refinamento das idéias do “sistema desenvolvimentista”.

Estes dois métodos de sistematização do pensamento econômico brasileiro não são, como já fora apontado, reprodutíveis e aplicáveis a novas conjunturas sócio-econômicas. Atreiam-se demasiadamente ao período e à realidade brasileira da época.

Isto se deve à também mencionada omissão da relação recíproca entre a realidade econômica e análise. É por meio dos condicionantes históricos da análise que podemos compreender como as controvérsias entre teorias emergem. Ou seja, como diferentes embasamentos teóricos vão se modificando com o tempo para tratarem as questões de vulto de cada período. Não há como fazê-lo, por exemplo, por meio de um conceito unificador como o de “desenvolvimentismo”. Seria necessário encontrar a cada período o sistema de economia política dominante e submeter construtos teóricos, já bem delineados, às flutuações de objetivos conjunturais de política econômica. Quando

em qualquer debate em voga numa época – desenvolvimento, estabilidade macroeconômica, inserção no comércio internacional – as diferentes teorias se apresentam competitivamente, disputando os espaços de intervenção na realidade. Mesmo que uma se sobressaia não ocorre a subordinação das demais ao debate escolhido pela dominante

A HPE crítica adequar-se-ia àquela tarefa. Porque enfocaria naquela constante modificação complexa, permanente e retro-alimentadora entre história, teoria e ideologia. Restaria, para tratar das especificidades brasileiras, a adaptação desta abordagem de HPE às teorias e realidades em debate no Brasil. Este é o ensejo que este trabalho desperta: a elaboração de uma sistematização coerente para o pensamento econômico brasileiro. Alguns empecilhos foram encontrados nos mapeamentos de referência. Buscou-se salientar nas origens destes problemas uma produção em HPE que, grosso modo, e além aos preceitos da HPE tradicional. Uma abordagem crítica frente a estes obstáculos - inaudita em se tratando do mapeamento do pensamento econômico brasileiro - poderia eliminá-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ARIDA, Pérsio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: José Marcio Rego (org.), *Retórica na Economia*, São Paulo: Editora 34, 1996.

ASPROMOURGOS, Tony. On the origins of the term “neoclassical”. In: *Cambridge Journal of Economics*, v.10, n.3, p.265-269. 1986.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004 [1988].

BIELSCHOWSKY, Ricardo e MUSSI, Carlos. *O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005*. Texto preparado para o Seminário “Brasil-Chile: uma mirada hacia América latina y sus perspectivas, Santiago de Chile, Julho de 2005.

DOBB, Maurice. *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Ed. Presença, 1977.

GIAMBIAGI, Fábio et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Ed. Atlas, 1982.

KURZ, Heinz. Against the current: Sraffa’s unpublished manuscripts and the history of economic thought. In: *European Journal of Economic Thought*, vol.5, n.3, p.437-450, 1998.

MALTA, Maria e CASTELO, Rodrigo. *Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre o método e ideologia* [Classe], no curso: “Economia Política Marxista”. Programa Latinoamericano de educación a distancia, Centro cultural de La cooperación Floreal Gorini, Buenos Aires, Agosto de 2009.

- MALTA, Maria et al. *A História do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão*. Texto preparado para o XXXVII Encontro Nacional De Economia, ANPEC, 2009.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 9, n.4, p. 29-37, out.1989. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/36-2.pdf> Acessado em: 25 abril 2009.
- _____. *Desenvolvimento, Subdesenvolvimento: breves registros sobre a teoria da dependência e considerações sobre "precursores"*. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/papers/sep/mesa05/guido.doc> Acessado em: 26 abril 2009.
- MARX, Karl. *O Capital: teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- MEEK, Ronald. Economia e Ideologia. In: *Economia e ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1971.
- RONCAGLIA, Alessandro. *The wealth of ideas: the history of economic thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- RUBIN, Isaac. *A history of economic thought*. London: Pluto Press, 1987.
- SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*, vol.1. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964 [1954].
- TOLIPAN, Ricardo. *A necessidade da história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. Texto para Discussão n° 3, Rio de Janeiro, 1982a.
- _____. *A questão do método em economia política* Rio de Janeiro: IE/UFRJ. Texto para Discussão n° 5, Rio de Janeiro, 1982b.
- VERSIANI, F. R. A Anpec aos 25 Anos: Passado e Futuro. In: *Revista ANPEC*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 219-259, 1997.